



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

OFICINAS DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS OFERECIDAS AOS CURSOS DE LICENCIATURAS ATRAVÉS DA DISCIPLINA “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA” DA UERJ¹

RODRIGUES, Suellen da Rocha – UFF/UERJ²
FERNANDES, Edicléa Mascarenhas – UERJ/UFF³

INTRODUÇÃO

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. (Paulo Freire)

O presente foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva, através do oferecimento de oficinas de tecnologia assistivas para os alunos da Licenciatura, matriculados na disciplina “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”. Tendo como objetivo principal abordar a temática da importância da formação dos futuros professores a respeito do uso das tecnologias assistivas, a partir do olhar dos alunos participantes das oficinas. Para a realização do mesmo foi utilizada como metodologia a pesquisa participante, realizada a partir da realização das Oficinas de Tecnologias Assistivas e de levantamento de dados obtidos de um questionário com perguntas abertas com análise qualitativa.

Neste estudo discutimos a importância do uso cada vez mais frequente das tecnologias assistivas para com os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação⁴, focalizando o relato dos futuros professores, afinal é através dos professores que se pode concretizar tal trabalho. E a partir deste ponto é que utilizamos as chamadas Oficinas de Tecnologias Assistivas que através do uso adequado se tornam ferramentas que não só podem como devem ser utilizadas com os seus alunos, sendo eles educandos com ou sem com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, afinal acabará por tornar o uso destes recursos algo natural e até mesmo estimulante em relação ao aprendizado, e dando os alunos com deficiências,

¹ O presente trabalho possui apoio do Projeto “Programa de Melhoria das Instalações Físicas e Tecnológicas do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva”, inscrito na FAPERJ sob o número E-26/112.173/2012 do edital 20/2 (Apoio às Universidades Estaduais do Rio de Janeiro – UERJ, UENF, UEZO).

² Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF) – Bolsista do Proatec, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – e-mail: suellen2709@yahoo.com.br

³ Professora Adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) – Professora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF) – e-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

⁴ Termo utilizado pela Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, que alterou o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), alterando o termo educandos portadores de necessidades especiais para educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Colocando ainda a importância do ensino obrigatório a partir dos 4 anos.



transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e aos demais da turma o benefício de aprenderem novas estratégias e fórmulas de resolução de problemas. De acordo com Rodrigues, Rivas, Fernandes, Albuquerque & Orrico (2009, p. 2235), quanto se pensa em educação inclusiva, é necessário refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da visão ideológica de realidade construída sócio-culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação. A classificação - dos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação - de “deficiência”, “retardamento”, “privação cultural” e “desajustamento social ou familiar” são todas construções culturais elaboradas por uma sociedade que privilegia uma única forma de aprendizagem para todos os tipos de alunos, padronizando todos eles.

O entendimento da categorização dos alunos com deficiência, altas habilidades e superdotação é recente e designa o processo de exclusão escolar a que este grupo foi exposto como muitos outros no uso de seu direito de acesso à educação. Em 1990, foi realizada na Tailândia a conferência mundial sobre educação para Todos, na qual foi elaborado um documento que ressaltou a necessidade de garantir uma educação básica para todos, como condição para o desenvolvimento dos países. Já em 1994, em Salamanca (Espanha), foi realizada uma importante Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, com a elaboração da Declaração de Salamanca⁵ (UNESCO, 1994). Este documento foi amplamente divulgado no Brasil, com grande repercussão e a partir dela a educação especial veio a se tornar debatida, redirecionada e difundida somente a partir do surgimento do termo Educação Inclusiva, onde reafirmava o compromisso com a efetivação de uma Educação para Todos, reconhecendo a urgência e necessidade de todos os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação serem inseridas dentro do sistema regular de ensino.

Atualmente a Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013), que altera o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 definindo como público alvo da Educação Especial os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Este sentido particulariza o público alvo dentro do universo anterior de educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

O Decreto 5.296 (BRASIL, 2004) que trata especificamente da acessibilidade e das tecnologias assistivas para melhoria da mobilidade da pessoa com deficiência, favorecendo a sua autonomia. Para que se possa realizar essa autonomia se faz necessário à realização da capacitação dos professores, as novas tecnologias têm se tornado um recurso facilitador utilizado na inclusão e integração dos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Esses recursos podem ser denominados como tecnologia assistiva, ajudas técnicas, tecnologia de apoio, de suporte ou de autoajudas. Segundo o portal de ajudas técnicas do MEC

Tecnologia Assistiva é um termo novo utilizado para determinar um campo que engloba equipamentos, recursos e também serviços que promovam ao indivíduo,

⁵ Declaração sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais, aprovada em julho de 1994, pelos representantes de 92 governos e de 25 organizações internacionais.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

com deficiências ou incapacidades provenientes da idade, maior facilidade na realização de atividades, mantendo ou melhorando suas capacidades funcionais.

Colocando ainda que

(...)o processo que envolve a implementação desse tipo de tecnologia é complexo e exige o trabalho de uma equipe multidisciplinar com pedagogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, engenheiros, psicólogos, entre outros profissionais. Estes devem estar atentos durante o processo de escolha e aquisição de um equipamento de tecnologia assistiva, avaliando as necessidades e peculiaridades do usuário, na tentativa de selecionar o recurso mais apropriado.

Neste contexto, os recursos de tecnologia assistiva tornam-se não só uma opção como muitas vezes são a única alternativa destes alunos em sua aprendizagem. Por isso escolhemos com tema do presente trabalho a importância do conhecimento de tais recursos tem para que o futuro professor possa exercer sua função buscando atender as peculiaridades dos processos de aprendizagem de seus alunos.

De acordo com a Resolução CNE/CP1 (BRASIL, 2002) define que o ensino superior deve preparar os professores na formação acadêmica para atender aos alunos com necessidades especiais. A resolução coloca em seu Art. 6º, § 3º, II

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

(...)

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades especiais e as das comunidades indígenas;

Neste sentido, é importante, que o professor obtenha ainda uma formação inicial atualizada neste campo científico – pelo fato da educação estar sempre em processo de aperfeiçoamento, com o surgimento de novas metodologias, novas tecnologias, novos conceitos, etc. – e especializada em educação especial, se criando um espaço de análise, investigação e debate sobre situações concretas, inerentes à problemática da adaptação do currículo nacional a diferentes níveis. Sobretudo ao das adaptações curriculares a desenvolver com os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, numa perspectiva de repensar a escola, enquanto instituição que toma a diversidade como o seu paradigma organizador.

Com isso, as Oficinas de Tecnologias Assistivas são realizadas com o intuito de oferecer conhecimento neste campo ou futuros professores que desejam dar uma melhor oportunidade de aprendizagem para os seus alunos. Elas ocorrem na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através da disciplina: “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”, que atendem aos alunos dos cursos de e de Licenciatura.

Vale ressaltar que a disciplina “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”, é obrigatória para grande parte dos cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ desde 2006, sendo oferecida a seis turmas por semestre (três no turno da manhã e três



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

no turno da noite) como aproximadamente 240 graduandos, configurando um curso de caráter interdisciplinar.

A disciplina: fundamenta-se na portaria 1794/1994 que propõe a inclusão de disciplina obrigatória que trate dos aspectos ético-políticos da integração das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais nos Cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. Propõe-se uma metodologia que subsidie a formação reflexiva do futuro professor, no sentido de prepará-lo para a docência em classes inclusivas. Utilizando os enfoques teóricos da formação de atitudes sociais, bem como o conceito de atitude que envolve três eixos: o cognitivo, afetivo e comportamental, delineou-se a metodologia qualitativa para acompanhamento da disciplina. (FERNANDES, ORRICO & SILVA, 2008, p. 2)

Nas oficinas são apresentadas as tecnologias assistivas utilizadas na comunicação alternativa – tendo com base que comunicação alternativa é um sistema de comunicação composta de símbolos que formam um sistema de comunicação completo, originalmente desenhados para criar, rápida e economicamente, recursos de comunicação consistentes e com acabamento profissional –, e, no apoio as pessoas com deficiência visual.

MÉTODO

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa participante, realizada a partir da realização das Oficinas de Tecnologias Assistivas, onde foram apresentados os programas para deficiência visual e comunicação alternativa, como:

- Dosvox – Programa livre, usados como leitor de tela de computadores. Passa as informações presentes no computador através de som, podendo inclusive acessar a internet.
- NVDA – Assim como o Dosvox, é um programa livre, usados como leitor de tela de computadores. Passa as informações presentes no computador através de som, podendo inclusive acessar a internet.
- Braille Fácil – Programa livre desenvolvido para a criação de textos em Braille, o programa transcreve automaticamente os documentos em texto para Braille e em seguida pode ser impresso na Impressora Braille. Esse programa tem como objetivo criar textos impressos em Braille para a pessoa com deficiência visual.
- Boardmaker – Programa de computador que contém um banco de dados gráficos com mais de 4.500 Símbolos de Comunicação Pictórica - PCS em Português Brasileiro, com o objetivo de confeccionar pranchas de Comunicação Alternativa, destinando-se principalmente para pessoas sem fala ou dificuldades de comunicação.
- Editor Livre de Prancha – Programa livre desenvolvido com o objetivo de confeccionar pranchas de Comunicação Alternativa, destinando-se principalmente para pessoas sem fala ou dificuldades de comunicação.
- ABC do Sebran – Programa livre composto de jogos que visam ajudar a ensinar letras e números; contém figuras coloridas, músicas agradáveis, jogos alfabetizantes e leituras para etapa de alfabetização.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

A partir da exibição dos recursos, da explanação teórica de seus usos, foi realizado um levantamento qualitativo dos dados, que foram obtidos pro meio de um questionário semiestruturado contendo quatro perguntas abertas (com respostas escritas pelos participantes das oficinas), ponderando que não basta apenas coletar respostas sobre as questões apresentadas, mas sim analisá-las estatisticamente para validação dos resultados.

Tal entrevista teve como objetivo investigar as impressões que os participantes das oficinas tiveram sobre os conhecimentos transmitidos pelas mesmas. Valendo ressaltar que:

Nenhuma pesquisa é ingênua, nenhum pesquisador é neutro. As nossas convicções, os nossos valores e as “nossas teorias” nos conduzem na direção de conclusões, portanto, em pesquisa qualitativa, elas se fazem inevitavelmente presentes. (FERNANDES, 2007, p. 94)

Esta metodologia de pesquisa permite que o pesquisador busque compreender os fenômenos da pesquisa, de acordo com a perspectiva dos participantes da situação estudada, e a partir dela estabelecer sua interpretação do tema analisado.

Foram realizadas seis Oficinas de Tecnologias Assistivas - que são oficinas realizadas com o intuito de oferecer suporte aos professores ou futuros professores que desejam dar uma melhor oportunidade de aprendizagem para os seus alunos -, sendo três com a temática da Comunicação Alternativa e três com a temática Deficiência Visual. Ao término das oficinas foi aplicado um questionário composto por quatro perguntas semiestruturado contendo quatro perguntas abertas, nas quais os participantes respondiam perguntas referentes:

- As atividades observadas durante a oficina;
- As tecnologias assistivas observadas e manipuladas;
- O parecer sobre as atividades;
- As contribuições das oficinas para suas práticas docentes;

As oficinas foram oferecidas no primeiro semestre de 2013, para cerca de 100 alunos dos cursos de licenciatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através da disciplina “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”, oferecida pela Faculdade de Educação, tendo uma carga horária de 01h30min cada uma. Dos 102 alunos que participaram das oficinas, 78 responderam aos questionários. Para a realização deste estudo analisaremos a terceira e quarta questões (“O parecer sobre as atividades” e “As contribuições das oficinas para suas práticas docentes”).

A proposta dessa metodologia foi investigar os conhecimentos adquiridos pelos participantes das oficinas a partir da realização da mesma a fim de concluir se os mesmos se encontram no paradigma da inclusão, ou no processo inclusivo. Tendo como base para essa análise as informações obtidas nos questionários

RESULTADO

A partir da realização das Oficinas de Tecnologias Assistivas, é possível observar que tais recursos ainda não são de conhecimento por parte dos futuros professores e que podem ser utilizados por educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas



habilidades ou superdotação ou não; o que aponta para dois tipos de percepção por parte dos participantes das oficinas:

1. No primeiro caso vemos o interesse dos alunos a respeito do uso das tecnologias assistivas apresentadas a eles, pois, nas oficinas eles participam de forma ativa, através de perguntas, questionamentos, relato de experiências, etc. Eles ainda anotam as informações passada pelosicineiros e o nome dos programas utilizados como tecnologias assistivas aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Relatam ideias de como poderiam utilizar tais equipamentos através de suas práticas na sala aula.
2. No segundo caso, observamos que muitos dos alunos, apesar do aparente interesse pela novidade, demonstraram certa insegurança a respeito de seu uso e de sua produção, acreditando não serem capazes de utilizar tais matérias e medo de tais recursos não estarem disponíveis nas escolas onde vão realizar suas atividades de professores; por perceberem a importância do uso das tecnologias assistivas possuem no processo de inclusão, e para acelerar tal processo as oficinas exercem um importante papel, inclusive devido à falta de orientação e informação a respeito dessa temática.

DISCUSSÃO

Para dar início a nossa discussão, é importante ressaltar que grande parte dos recursos utilizados nas oficinas constam no pacote do Programa das Salas de Recursos Multifuncionais⁶ enviadas para as escolas da rede pública, e, por isso, se faz necessário que os professores possuam uma formação adequada para o manuseio dos mesmos. Tal conhecimento deve ser transmitido não apenas para o professor das Salas de Recursos Multifuncionais, como também para o professor da classe comum. Por tanto, tal conhecimento deve ser transmitido durante uma formação acadêmica adequada e do oferecimento de uma formação continuada, que busque oferecer informação não apenas para o professor das Salas de Recursos Multifuncionais, mas também para que o professor da sala comum seja capaz de realizar atividades adequadas para com o educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Na realização das Oficinas de Tecnologias Assistivas é possível observar que este conhecimento se torna de extrema importância para os seus participantes. Pois, faz com que eles reflitam sobre a importância que o uso das tecnologias assistivas possui para o ensino/aprendizagem dos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Isso se torna visível através dos discursos presentes nas oficinas. Para essa análise iremos dar início à discussão a respeito dos dados obtidos nas oficinas.

⁶ As Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes que devem funcionar como sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e identificar os aspectos que possam potencializar o atendimento educacional especializado, constante no *Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais* (BRASIL, 2012), que objetiva informar os sistemas de ensino sobre as ações do Programa, instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Para dar continuidade a nossa discussão, agora será apresentadas algumas falas dos participantes das Oficinas de Tecnologias Assistivas, referentes ao “Parecer sobre as atividades” e as “Contribuições das oficinas para suas práticas docentes”. Onde a partir de tais perguntas serão realizadas as análises.

Análise das respostas apresentadas nos questionários referentes ao parecer sobre a atividade:

“A conclusão que eu cheguei com o que foi apresentado é que as pessoas com deficiência visual podem realizar muitas ações do dia-a-dia de uma forma simples e que a utilização da comunicação alternativa demonstra opções criadas para as pessoas que tem dificuldade de se comunicar, expressar o que sentem.” (participante Nº 1)

“A atividade foi bem rápida, porem bem interessante na parte do ensinamento da produção de prancha de comunicação e na criatividade em formular, adaptar e fazer objeto para a inclusão dos deficientes na tecnologia” (participante Nº 2)

“Essa oficina foi a mais interessante e q que tivemos o melhor contato com os materiais adaptados e tecnologias assistivas. De minha parte, foi muito interessante para a minha vida, acrescentou bastante, pois tinha interesse de saber como funcionava e entender como os cegos podem utilizar o computador.” (participante Nº 3)

“Particularmente compreendi que as oficinas foram trabalhos essenciais para minha a formação e para a profissão acadêmica, pois nos ensina a prática de todos os alunos dentro do Ambiente de sala de aula, até todos os lugares da sociedade, pois nos mostra como devemos trabalhar para que um aluno portador de necessidades especiais usufrua dos seus direitos perante a sociedade e principalmente dentro de uma escola, pois este não deve ser privado de um ensino de qualidade devido as suas limitações físicas, intelectuais, etc.” (participante Nº 4)

Após analisar os relatos dos alunos sobre a participação nas oficinas, observamos que na maioria dos discursos os participantes mostraram-se apreciados com a oficina de tecnologia assistiva, pois a atividade possibilitou-lhes um engrandecimento curricular, tanto profissionalmente quanto pessoalmente, como afirma o participante Nº3 *“(...)foi muito interessante para a minha vida, acrescentou bastante”*. Após tal análise, pode-se concluir que tais oficinas foram de suma importância para estes futuros profissionais da educação, pois aprenderam o conceito, a elaboração de tecnologias assistivas de pequeno porte e a importância dessas tecnologias no contexto escolar e no processo de inclusão de educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, pois como relatou o participante Nº 4 *“(...)pois nos ensina a prática de todos os alunos dentro do Ambiente de sala de aula, até todos os lugares da sociedade.”*

Sendo assim, quando pensamos na inclusão da pessoa com deficiência nas escolas de ensino regular o acesso aos recursos de acessibilidade é uma das maneiras de ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência, possibilitando que o indivíduo interaja com o meio favorecendo assim sua aprendizagem, podemos observar isso através da fala do participante Nº1 ao colocar que *“(...) a utilização da comunicação alternativa demonstra opções criadas para as pessoas que tem dificuldade de se comunicar, expressar o que sentem.”*



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Análise das respostas referentes às contribuições das oficinas nas práticas docentes dos participantes:

“Ainda que eu não esteja devidamente preparado para lidar com qualquer situação ligada a pessoa com necessidades especiais, pelo menos, depois dessas oficinas, posso pesquisar e refletir em estratégias para alcançar este aluno, sem esquecer-me dos outros, pois incluir não é excluir os outros alunos, mas sim fazer a minha função de maneira que atinja a todos.” (participante Nº 5)

“Fiquei muito feliz principalmente quando soube que os recursos de adaptação podem ser construídos a partir de programas gratuitos. Pois é um desafio ao professor, reconhecer pequenos movimentos, uma tentativa de comunicação e saber que tais recursos podem estar à disposição é muito bom.” (participante Nº 6)

“Esta experiência contribui para que eu possa compreender mais sobre a educação inclusiva e me proporcionar aprendizados capazes de um trabalho planejado e adequado a cada demanda cotidiana, especificamente a inclusão de alunos especiais através de diversos métodos discutidos ao longo do período. Certamente esta aprendizagem já contribui para uma prática adequada que visa à integração social, desenvolvendo pessoal, acadêmico do aluno, etc.” (participante Nº 7)

“Para a prática da docência toda e qualquer inovação tecnológica é bem vinda. Esses programas de computador são exemplos de praticidade de ensino, sem perder a qualidade do mesmo. Logo, é fundamental que haja esse tipo de ferramenta para que a relação professor e aluno sejam maximizadas.” (participante Nº 8)

“As oficinas contribuíram para minha formação, não apenas pelo âmbito educacional, mas também para minha vida pessoal, além de me mostrar as lacunas existentes nas Legislações, mostrando a responsabilidade do Poder Público para com o atendimento educacionais das pessoas com deficiência, quando se fala das materiais que o MEC envia para as salas de recursos multifuncionais.” (participante Nº9)

Muitos dos participantes das Oficinas de Tecnologias Assistivas, relatam sobre a sensação de impotência que sentem ao pensarem quando eles receberem os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação em suas aulas. Essa característica pode ser observada na fala do participante Nº 5, quando coloca que embora *“não esteja devidamente preparado para lidar com qualquer situação ligada a pessoa com necessidades especiais”*, vemos que o mesmo indivíduo diz que após a sua participação na oficina se sente mais seguro na busca de apoio, pois acredita que já é capaz de realizar *“pesquisas e refletir em estratégias para alcançar este aluno, sem esquecer-me dos outros”*, colocando ainda que para realizar tal atendimento não se faz necessário que se esqueça dos demais alunos, pelo contrário, deve sim tentar realizar atividades que possam ser experimentadas por todos os alunos.

Muitos participantes também colocam a satisfação em participar das oficinas, pois veem que a construção de matérias podem ser adquiridos gratuitamente, como o participante Nº 6 *“Fiquei muito feliz(...) quando soube que os recurso(...) podem ser construídos a partir de programas gratuitos”*. Nessa fala podemos ver que a falta de conhecimento ainda é grande, mas que



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

quando os participantes ficam sabendo da assistência de tal tecnologia, veem que os usos das tecnologias também estão sendo usadas para auxiliar o professor na comunicação com o seu educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Além de auxiliar sentirem que após suas partições nas oficinas, terão suas práticas pedagógicas transformadas *“Certamente esta aprendizagem já contribui para uma prática adequada que visa à integração social, desenvolvendo pessoal, acadêmico do aluno” (Nº7) e “é fundamental que haja esse tipo de ferramenta para que a relação professor e aluno sejam maximizadas.” (Nº8).*

Colocando ainda a importância que o Poder Público possui para com a formação dos professores, para que os mesmos sejam capazes de oferecer um atendimento educacional especializado de qualidade aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Podemos observar isso através da fala do participante Nº 9, ao colocar que nas oficinas é possível observar *“a responsabilidade do Poder Público para com o atendimento educacionais das pessoas com deficiência, quando se fala das materiais que o MEC envia para as salas de recursos multifuncionais”*.

CONCLUSÕES

A partir do relato feito pelos participantes das Oficinas de Tecnologias Assistivas, é possível concluir que a “descoberta” dos participantes sobre as tecnologias assistivas faz com que os mesmos passem a olhar os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação com outros olhar, vendo que é possível que tais educandos sejam capazes de aprender o conteúdo didático quanto eles, basta que ele tenha realmente uma oportunidade de aprendizado. Colocando que após suas participações nas oficinas passaram a ver seus alunos e a avaliar a suas práticas de ensino com uma nova perspectiva Pois mesmo as oficinas ocorrendo em um curto período de tempo, as oficinas lhes proporcionam a chance de se tornarem mais críticos, criativos e dinamizadores, pois veem a possibilidade de realizar sua tarefa de transmitir conhecimentos para os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação mais possíveis. Aprendendo a obter novos mapas de estratégias e formas de resolução de problemas e interação através das diferenças presentes em seus alunos. Além de acreditarem que a realização de tal estratégia pode auxiliar não apenas o aluno com necessidade educacional especial, como ou sem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, pois o uso das tecnologias assistivas pode tornar a aula dinâmica e criativa, pelo fato de todos poderem ter a mesma possibilidade e equidade de participação.

Podemos concluir ainda, que mesmo após a realização das oficinas, os participantes ainda não se veem capacitados para trabalhar com os alunos com necessidade educacional especial. Por isso se faz importante que o mesmo tenha uma formação adequada, assim como colocado na Resolução CNE/CP1 (BRASIL, 2002), Art. 6º, § 3º, II, citado anteriormente, além da Lei 4.528/05 (BRASIL, 2005), Art. 45º ao colocar como sendo dever do Poder Público:

Art. 45 - O Poder Público assegurará:



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

I - espaços acessíveis e adequados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos educandos com deficiência;

II - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como formação continuada a professores do ensino regular, visando à inclusão dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns e a sua real aprendizagem;

III - inclusão de conteúdos sobre educação especial nos componentes curriculares dos cursos de formação de professores de nível médio e superior;

(...)

Por isso, ao pensarmos na educação especial na perspectiva da educação inclusão, é necessário pautar não só o discurso na busca da igualdade de oportunidade, onde todos possuam as mesmas oportunidades de aprendizado, mas em práticas pedagógicas inovadoras que preparem o licenciando para o uso de adequações pedagógicas para seus futuros educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Quebrando a dicotomia ainda existente de que cabe ao “professor especializado” o domínio das tecnologias de adequações curriculares para os alunos público alvo da educação especial, gerando um círculo vicioso que culpabiliza sempre fato de não estar preparado para atender este alunado.

Sem esquecer-se da responsabilidade do poder público de assegurar uma formação de qualidade, e a oportunidade de uma formação continuada aos professores, onde os mesmos se tornem capazes de obter conhecimentos para que sejam capazes de respeitar a singularidades de seus alunos. Além de cobrar das escolas as oportunidades de que os professores sejam possíveis de realizar tais conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acessado em: 27 de ago. de 2013.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acessado em: 14 de ago. de 2013.

_____. **Lei nº 4528, de 28 de março de 2005.** Estabelece as Diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Brasília: 2005. Disponível no site: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/c54d45eaf75d9ffb83256fd60065e520?OpenDocument>. Acessado em: 14 de ago. de 2013.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

_____. **Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC/SECADI, 2012. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817. Acessado em: 04 de set. de 2013.

_____. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: 2013. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acessado em: 16 de ago. de 2013.

FERNANDES, E.M. Especialização Em Educação Especial: Fundamentos da educação especial. **Metodologia Científica**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2007.

_____; ORRICO, H.F. & SILVA, A.C.F.da. A disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva do currículo de licenciaturas da UERJ e a promoção de atitudes favoráveis à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ISBN 978-85-7430-734-3)**. Porto Alegre/RS: 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RODRIGUES, S.da R. et al. Oficinas de acessibilidade ao currículo: da lógica de adaptação à lógica da inclusão. **Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar Educação Especial (ISSN 2175-960X)**. Londrina/PN: 2009.

SITE. **Portal de Ajudas Técnicas**. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12681%3A. Acessado em: 14 de ago. de 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.